

*Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardões*

RELATÓRIO E CONTAS
Exercício de 2021

Assinatura
Recardões

Paula
2021
Paula
2021



*Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardães*

Balanço e Demonstração dos Resultados

31 de dezembro de 2021

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 635 135,69	2 670 835,22
Bens do património histórico e cultural		-	-
Ativos intangíveis	6	4 608,46	4 504,69
Investimentos financeiros	15.1	16 105,11	11 839,73
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
		2 655 849,26	2 687 179,64
Ativo corrente			
Inventários	8	13 103,36	12 564,43
Créditos a receber	15.2	50 142,51	51 525,73
Estado e outros Entes Públicos	15.8	2 376,16	3 699,92
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Diferimentos	15.4	6 017,77	6 592,59
Outros ativos correntes	15.3	14 123,03	4 472,17
Caixa e depósitos bancários	15.5	331 742,86	228 359,67
		417 505,69	307 214,51
Total do Ativo		3 073 354,95	2 994 394,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.6	49 879,79	49 879,79
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados		1 441 008,97	1 426 338,84
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	11	873 394,26	888 246,10
Resultado Líquido do período		74 996,76	14 670,13
Total do fundo do capital		2 439 279,78	2 379 134,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar	15.9	123 880,64	173 880,64
		123 880,64	173 880,64
Passivo corrente			
Fornecedores	15.7	76 033,76	29 301,86
Estado e outros Entes Públicos	15.8	39 920,23	36 558,23
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	7	-	40 139,44
Diferimentos	15.4	4 548,72	5 048,22
Outros passivos correntes	15.9	389 691,82	330 330,90
		510 194,53	441 378,65
Total do passivo		634 075,17	615 259,29
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 073 354,95	2 994 394,15

Recardães, 30 de Março 2022

Contabilista Certificado

C. C. 15951

Direcção

[Handwritten signatures and stamps]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	612 322,98	569 143,16
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1 468 543,36	1 415 080,75
Varição nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(231 320,87)	(202 925,79)
Fornecimentos e serviços externos	15.10	(280 723,24)	(365 445,15)
Gastos com o pessoal	13	(1 482 249,60)	(1 408 929,24)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.2	(11 916,89)	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras Imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	15.11	80 726,02	85 262,64
Outros gastos	15.12	(7 097,72)	(7 932,88)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		148 284,04	84 253,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6	(71 948,30)	(68 869,73)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		76 335,74	15 383,76
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	15.13	(1 338,98)	(713,63)
Resultados antes de impostos		74 996,76	14 670,13
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		74 996,76	14 670,13

Recardães, 30 de Março 2022

Contabilista Certificado

cc - 15551

Direcção

Jose Luis Sousa Pereira

António Pereira

Índice

1.	Identificação da Entidade	3
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3.	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	17
5.	Ativos Fixos Tangíveis	17
6.	Ativos Intangíveis	18
7.	Financiamentos Obtidos	20
8.	Inventários	20
9.	Rédito	21
10.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	21
11.	Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
12.	Imposto sobre o Rendimento	22
13.	Benefícios dos empregados	23
14.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	23
15.	Outras Informações	24
15.1	Investimentos Financeiros	24
15.2	Clientes e Utentes	24
15.3	Outras contas a receber	25
15.4	Diferimentos	25
15.5	Caixa e Depósitos Bancários	25
15.6	Fundos Patrimoniais	26
15.7	Fornecedores	26
15.8	Estado e Outros Entes Públicos	27
15.9	Outras Contas a Pagar	27
15.10	Fornecimentos e serviços externos	28
15.11	Outros rendimentos	29
15.12	Outros gastos	29
15.13	Resultados Financeiros	29
15.14	Acontecimentos após data de Balanço	30
16.	Proposta de aplicação dos resultados	32

ANEXO**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES**

O presente Anexo, relativo ao período económico que termina a 31 de dezembro de 2021, procede à compilação das divulgações que o CSPR considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente a NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direção, na reunião de 30 de março de 2022.

1. Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES", NIF 503.495.468, tem sede em Recardães, 3750-722 Recardães, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 127 de 31/05/1996, Série III, com sede em Póvoa da Igreja - Recardães.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os habitantes, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

Possui os seguintes CAE's:

CAE principal: 88990 – Outras atividade de apoio social sem alojamento, n.e..

CAE's secundários:

88101 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento

85100 - Educação pré-escolar

88910 - Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

87301 -Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento

87302 - Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF- ESNL) e outros normativos que tenham sido aplicados

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Derrogação das disposições do SNC - ESNL

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Identificação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Mesmo tendo em conta os impactos do COVID-19 e outros tais como a Guerra na Ucrânia que potencialmente irá fazer disparar os preços a nível geral, considera-se que a aplicação do pressuposto do princípio da continuidade é apropriado.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

Handwritten notes and signatures in the right margin:
D
J
F
Diliberar
L

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.
- Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos que tenham sido aplicados.

3.1.13 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, O euro é moeda funcional e de apresentação.

Handwritten notes and signatures in the right margin:
D
Jus
Automação
↓
L

3.2.2 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	6 anos
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.4 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias

para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 a 100 anos
Equipamento básico	8 a 40 anos
Equipamento de transporte	8 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 16 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.5 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros noutras empresas e os outros investimentos financeiros encontram-se registados a custos de aquisição.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out), sendo de realçar que os inventários são constituídos fundamentalmente por consumíveis e bens alimentares, com elevada rotação, ou seja, um stock para poucos dias.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como

gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) *"as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas"*, pelo que entidade, tendo em conta as atividades desenvolvidas, encontra-se no âmbito desta isenção de IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.12 Rédito e Regime do Acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

2
Juros
P
Recardães

3.2.13 Subsídios Recebidos

Os subsídios recebidos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se sobretudo à cobertura de gastos da atividade social desenvolvida, incorridos e registados, sendo atribuídos pela Segurança Social, Camarários, e com o desenvolvimento de ações de formação e estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, mensurados pelo custo amortizado, na rubrica de "Financiamentos obtidos".

3.2.14 Gastos e regime do acréscimo

Os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o dispêndio não produza benefícios económicos futuros ou quando os benefícios económicos futuros não se qualifiquem, ou deixem de se qualificar, para reconhecimento no balanço como ativo. São ainda reconhecidos gastos na demonstração dos resultados quando são incorridos passivos sem o reconhecimento de ativos.

Os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, o que significa que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos.

3.2.15 Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago

Deliberado

durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Não existem outros benefícios atribuídos ao pessoal para além dos de benefícios de curto prazo, sendo que os Órgãos Sociais não são remunerados.

3.2.16 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas dos ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas.

A pandemia Covid-19 trouxe uma imprevisibilidade acrescida sobre as premissas a considerar no exercício de avaliação de ativos. De facto, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte.

Os principais juízos de valor e estimativas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 incluíram:

- a) Imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e participações financeiras;
- b) Provisões para contingências e passivos ambientais;
- c) Imparidade para contas a receber;
- d) Imparidade para inventários;
- e) Vidas úteis e valores residuais de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- f) Reconhecimento do rédito;
- g) Provisões para contingências.

A curto prazo, não se prevê qualquer alteração que possa pôr em causa a validade dos atuais pressupostos e, portanto, não é exetável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes no próximo período de relato.

A Instituição avaliou a atual exposição ao risco de crédito e os eventuais impactos das previsões económicas futuras, tendo concluído que o impacto é reduzido.

A Instituição considera que o valor realizável líquido dos seus inventários não é inferior ao seu valor contabilístico, tendo concluído que não são necessários quaisquer ajustamentos aos valores escriturados.

3.2.17 Política de gestão de riscos

A Entidade desenvolve a sua atividade num ambiente que a coloca exposta a diversos riscos, nomeadamente o risco de mercado (que incluem o risco de taxa de juro e de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Alicerçada numa política de continuidade o CSPR monitoriza os riscos de modo a minimizar os efeitos adversos que possam provocar sobre o seu desempenho financeiro.

a) Risco de taxa de câmbio

A exposição do CSPR ao risco de taxa de câmbio é nula.

b) Risco de taxa de juro

O endividamento do CSPR encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo das operações de financiamento ao inerente risco de volatilidade da taxa de juro.

Através da monitorização que é feita sobre as taxas de juro e as perspetivas de evolução futura é convicção que o risco de taxa de juro está razoavelmente controlado, até porque o empréstimo contratualizado foi totalmente liquidado no exercício.

c) Risco de preço

O risco de preço traduz o grau de exposição da entidade às variações de preço formado em mercado de plena concorrência, relativamente aos serviços sociais prestados aos seus utentes/clientes, bem assim de outros ativos e instrumentos financeiros que a entidade possua, com intenção de venda futura.

Através da monitorização que é feita sobre os preços possíveis de praticar e as perspetivas de evolução futura, é convicção que existe um risco de preço associado às prestações dos nossos serviços, integralmente direcionados para a área de serviços sociais, onde existe uma forte barreira na capacidade de transferência do preço praticado ao cliente/utente face aos gastos incorridos com a prestação dos mesmos, e que, considerando ainda os apoios prestados pela

Segurança Social e as exigências - com gastos a incorrer de vários tipos e por essa Entidade também exigidos para a prestação desses serviços, poderá resultar em alguns casos que o preço ao cliente poderá não suportar os gastos inerentes aos serviços que em algumas valências estão a ser prestados. O aumento crescente e abrupto de preços que atualmente se regista é para nós também uma preocupação.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de incumprimento das obrigações contratuais assumidas por terceiros.

A exposição ao risco de crédito está na sua maioria associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional, dos seus clientes/utentes.

Este risco é monitorizado de forma regular através de sistemas de plafonds de crédito concedido, controlo dos prazos médios de recebimento de clientes, análise da evolução do crédito concedido.

Esta análise, dado tratar-se de uma IPSS, atende também a critérios económico-sociais em que a entidade tem a responsabilidade de gerir, nomeadamente situações de famílias que se encontrem a dado momento com maiores dificuldades, facto que não é significado de renúncia imediata à prestação de serviços e atende a um período em que se deve efetuar a melhor análise e solução para a situação em concreto (contactar familiares, negociar pagamentos, entre outras hipóteses). A diminuição crescente do poder de compra das famílias em resultado da pressão inflacionista é um risco a que a Direção está consciente e atenta.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez encontra-se relacionado com a capacidade da Entidade para solver as suas obrigações de pagamento dentro dos prazos contratados para o efeito.

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver os compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis que tem sido assegurado.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2021					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	36 099,45					36 099,45
Edifícios e outras construções	3 556 879,61					3 556 879,61
Equipamento básico	798 387,74	21.324.40				819 712,14
Equipamento de transporte	274 005,08					274 005,08
Equipamento administrativo	505 908,07	7.380.00				513 288,07
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	562 906,42	6.568.20				569 474,62
Total	5 734 186,37	35.272.80	0,00	0,00	0,00	5 769 458,97
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 078 268,60	41.654.91				1 119 923,51
Equipamento básico	678 762,69	18.198.10				696 960,79
Equipamento de transporte	251 070,61	6.401.91				257 472,52
Equipamento administrativo	494 069,01	3.489.57				497 558,58
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	561 180,24	1.227.64				562 407,88
Total	3 063 351,15	70.972.13	0,00	0,00	0,00	3 134 323,28
Investimento em Curso	0,00					0,00
Total Líquido	2 670 835,22					2 635 135,69

Conforme referido na nota respeitante a Financiamentos Obtidos abaixo, por decisão da Direção foi integralmente amortizado o financiamento bancário de Médio e Longo Prazo em maio/2021 pelo que informamos que foi distratada a hipoteca voluntária registada em favor do Banco Popular, sobre o imóvel com artigo matricial n.º 3053, sito em Recardães, não existindo à data de 31/12/2021 qualquer ónus sobre o referido imóvel.

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	36 099,45					36 099,45
Edifícios e outras construções	3 463 247,59			93632.02		3 556 879,61
Equipamento básico	864 906,44	4 170.00		-70.688.70		798 387,74
Equipamento de transporte	281 495,08			-7490.00		274 005,08
Equipamento administrativo	513 955,37	6 457.50		-14504.80		505 908,07
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	525 402,67			37503.75		562 906,42
Total	5 685 106,60	10 627.50	0,00	38.452.27	0,00	5 734 186,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 009 745,64	41 654.91		28868.05		1 078 268,60
Equipamento básico	670 023,43	14 476.07		-5.736.81		678 762,69
Equipamento de transporte	251 336,60	7 223.71		-7489.70		251 070,61
Equipamento administrativo	493 625,96	2 969.81		-2526.76		494 069,01
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	570 650,86	1 644.07		-11.114.65		561 180,24
Total	2 995 382,49	67 968.57	0,00	-37.222.21	0,00	3 063 351,15
Investimento em curso	37 222,21			-37 222,21		0,00
Total Líquido	2 723 946,32					2 670 835,22

No exercício de 2020 procedeu-se a um alinhamento das rubricas de ativos fixos tangíveis evidenciados na contabilidade e nos mapas de depreciações, valores que se encontram evidenciados na coluna de transferências (entre as diversas rubricas). Dessa reclassificação, resultou uma correção positiva a exercícios anteriores, no montante de 1.230,06 euros, contabilizada em outros rendimentos na demonstração dos resultados. De igual modo, foram efetuadas reclassificações de depreciações acumuladas entre rubricas, da qual resultou apenas uma correção a gastos de exercícios anteriores de 0,09 euros.

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5 405,85	1.079,94				6 485,79
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	82 894,85	1.079,94	0,00	0,00	0,00	83 974,79
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	901,16	976,17				1 877,33
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	78 390,16	0,00	0,00	0,00	0,00	79 366,33
Total Líquido	4 504,69					4 608,46

2020						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00	5 405,85				5 405,85
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	0,00	5 405,85	0,00	0,00	0,00	82 894,85
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					901,16
Programas de Computador	0,00	901,16				0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	77.489,00	901,16	0,00	0,00	0,00	78.390,16
Total Líquido	0,00					4 504,69

7. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

O empréstimo de médio e longo prazo cujo vencimento se estendia até 2025, foi amortizado integralmente em maio de 2021, não havendo outros empréstimos contraídos. Associados ao financiamento, foram pagos juros de 1.338,98 euros.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	40 139,44	0,00	40 139,44
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	40 139,44	0,00	40 139,44

7.1. Quantia das dívidas da entidade cobertas por garantias reais, com indicação da natureza e da forma dessas garantias

Por decisão da Direção foi integralmente amortizado o financiamento bancário de Médio e Longo Prazo em maio/2021 pelo que informamos que foi distratada a hipoteca voluntária registada em favor do Banco Popular, sobre o imóvel com artigo matricial n.º 3053, sito em Recardães, não existindo à data de 31/12/2021 qualquer ónus sobre o referido imóvel.

Não existem outras dívidas cobertas por garantias reais.

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 304,32	206.185,90	0,00	12 564,43	231.859,80	0,00	13 103,36
Total	9 304,32	0,00	0,00	12 564,43	0,00	0,00	13 103,36
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				202 925,79			231 320,87

9. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	571 477,65	538 662,13
Creche	38 485,78	52 740,95
Jardins de Infância	61 312,88	54 189,55
Atividades de Tempos Livres	22 030,23	19 758,82
Lares Residenciais	51 746,45	51 680,40
E.R.P.I.	301 622,97	275 014,13
Centros de Dia	5 668,65	9 422,75
Apoio Domiciliário	90 610,69	75 855,53
Quotas e joias		0,00
Outras Prestações de Serviços	40 845,33	30 481,03
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	612 322,98	569 143,16

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Informamos que existe um Processo de Contraordenação e apensos do Centro Distrital de Aveiro da Segurança Social, em que está em causa a prática de uma contraordenação pela inexistência de pessoal com categoria profissional e afetação adequadas à atividade desenvolvida no estabelecimento e indicado no respetivo mapa, punível com coima no montante de €2.500,00, em que se apresentou contestação. Dado que não sabemos se um dispêndio poderá vir a ser exigido e atendendo ao seu montante, não foi constituída quaisquer provisão.

Para além do referido, não temos conhecimento de qualquer facto que possa dar origem a um passivo contingente ou quaisquer compromissos ou acordos futuros assumidos que devam ser refletidos em Balanço ou que devam ser objeto de divulgação

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021		2020	
	Valor imputado no período	Valor que falta imputar	Valor imputado no período	Valor que falta imputar
Subsídios ao investimento	14 851,84	815 634,81	14 851,84	830 486,65
Subsídios à exploração	1 468 543,36		1 415 080,75	
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 462 705,96		1 400 235,45	
Dos quais:				
Segurança Social	1 441 961,44		1 378 661,81	
Creches	188 015,95		169 541,52	
PRE ESCOLAR COMP EDUCATIVA	86 961,84		88 640,64	
PRE ESCOLAR APOIO SOCIAL	49 191,87		50 141,52	
PRE ESCOLAR COMPENSAÇÃO SALARIAL	20 306,40		17 958,48	
CENTRO ACOLHIMENTO/ACORDO	263 046,22		253 905,60	
Centros de Atividades de Tempos Livres	32 751,81		32 002,68	
S.A.D. 1	212 328,00		202 627,53	
CENTRO DE DIA	22 583,66		23 038,14	
ACOMPANHAMENTO SOCIAL	54 711,12		52 809,96	
Lar Residencial	339 779,80		320 943,48	
Lares	152 142,50		143 388,78	
Apoio à Família	3 146,52		3 868,47	
Lay-Off	15 305,75		15 795,01	
IAPMEI-aumento RMMG	1 690,00		0,00	
Adaptar Social +	0,00		4 000,00	
I.E.F.P. CENTRO EMPREGO AGUEDA	20 744,52		21 573,64	
Subsídios de outras entidades	5 837,40		14 845,30	
Outros (correções de anos anteriores - rendimentos diferidos de subsídios)	0,00		0,00	
Valor dos reembolsos efetuados no período	1 462 705,96		1 415 080,75	
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração	1 462 705,96		1 415 080,75	

12. Imposto sobre o Rendimento

Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento

Conforme referido no ponto 3.2.11, a entidade encontra-se isenta de IRC no âmbito das atividades que realiza nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Dado que todas as atividades exercidas o foram dentro desses fins, não foi apurado qualquer imposto sobre o rendimento em IRC.

13. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foram, respetivamente de 5 e 3.

Nos termos estatutários os órgãos diretivos não usufruem qualquer tipo de remunerações:

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de "99" e em 31/12/2020 foi de "92".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 197 256,47	1 133 249,87
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	259 281,86	243 673,20
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	24 225,64	28 855,23
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 485,63	3 150,94
Total	1 482 249,60	1 408 929,24

Outras divulgações sobre benefícios dos empregados

Não existem compromissos em matéria de pensões.

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos.

Não foram assumidos compromissos ou garantias em nome dos colaboradores.

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o exercício de Revisão Legal das Contas foram de 3.900,00€.

Não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Entidade e a Direção.

Não existe até à presente data conhecimento de quaisquer aspetos não financeiros relevantes, nomeadamente situações de caráter laboral, ambiental ou de outra índole que possam pôr em causa a atividade futura da entidade ou suscetíveis de gerar outras responsabilidades ou

contingências que não tenham sido reconhecidas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Investimentos noutras empresas	1 662,83	1 662,83
Outros investimentos financeiros	14 442,28	10 176,90
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	16 105,11	11 839,73

15.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	50 142,71	70.380,02
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	31.486,02	0.00
Total	81.628,53	70.380,02

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2021	Reforço	2020
Clientes			
Utentes	-31 486,02	11.916,89	-19 569,13
Total	-31 486,02	11.916,89	-19 569,13

Avaliamos o risco de cobrabilidade tendo sido necessário efetuar um reforço de imparidades em "Clientes e Utentes", no montante de 11.916,89 euros.

15.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Saldos devedores de fornecedores	5 712.40	0,00
Outros Devedores	8 410.63	4 472.17
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	14 123.03	4 472.17

15.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6.017,77	6.592,59
Total	6.017.77	6.592.59
Rendimentos a Reconhecer		
Creche	1.182,12	2.045,23
Jardim de Infância	2.503,60	2.161,39
ATL	863,00	841,60
Total	4.548.72	5.048.22

15.5 Caixa e Depósitos Bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos.

2021

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	6 865,94	573 723,29	573 450,23	7 139,00
Depósitos à ordem	221 493,73	2 215 669,56	2 112 559,43	324 603,86
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total caixa e depósitos bancários	228 359,67	2 789 392,85	2 686 009,66	331 742,86

Todos os valores em Caixa encontram-se disponíveis para uso.

2020

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	5 213,56	556.371,15	554.718,77	6.865,94
Depósitos à ordem	213 025,39	2.108.111,12	2.099.642,78	221.493,73
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total caixa e depósitos bancários	218 238,95	2.664.482,27	2.654.361,55	228.359,67

15.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

2021

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	49 879,79	0,00	0,00	49 879,79
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 426 338,84	14 670,13	0,00	1 441 008,97
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	888 246,10	0,00	14 851,84	873 394,26
Subsídios	830 486,65	0,00	14 851,84	815 634,81
Doações	57 759,45	0,00	0,00	57 759,45
Resultado Líquido do Exercício	14 670,13	74 996,76	14 670,13	74 996,76
Total	2 379 134,86	89 666,89	29 521,97	2 439 279,78

2020

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	49 879,79	0,00	0,00	49 879,79
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 471 280,22	0,00	44 941,38	1 426 338,84
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	903 097,94	0,00	14 851,84	888 246,10
Subsídios	845 338,49	0,00	14 851,84	830 486,65
Doações	57 759,45	0,00	0,00	57 759,45
Resultado Líquido do Exercício	-44 941,38	59 611,51		14 670,13
Total	2 379 316,57	59 611,51	59 793,22	2 379 134,86

15.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	76.033,76	29 301,86
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores: faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	76.033,76	29 301,86

15.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 376.16	3 699,92
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2 376.16	3 699,92
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 977.22	3 821,96
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8 298.20	5 978.00
Segurança Social	29 644,81	26 758,27
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	39 920.23	36 558.23

15.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		224 482,79		208 105,01
Outros credores	123 880,64	165 209,03	173 880,64	122 225,89
Total	123 880,64	389 691,82	173 880,64	330 330,90

Os credores por acréscimos de gastos incluem uma estimativa de remunerações a liquidar em 2021 com colaboradores no valor de 224.483 euros. O valor de outros credores no passivo corrente é referente fundamentalmente a saldos de abonos pertencentes a utentes do CAT e Lar Residencial, existindo uma conta de Depósitos à Ordem que são de sua pertença.

15.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020	Variação
Subcontratos	0,00	1 878,00	-1 878,00
Serviços Especializados	92 289,22	147 497,98	-55 208,76
Trabalhos especializados	45 335,68	40 995,41	4 340,27
Publicidade e propaganda	0,00	484,62	-484,62
Vigilância e segurança	3 253,85	28 986,00	-25 732,15
Honorários	20 105,60	22 120,49	-2 014,89
Comissões	0,00	1 401,50	-1 401,50
Conservação e reparação	22 449,79	52 463,82	-30 014,03
Serviços Bancários	0,00	0,00	0,00
Outros serviços especializados	1 144,30	1 046,14	98,16
Materiais	24 994,24	26 447,92	-1 453,68
Ferram. e utens. desg. rápido	4 109,36	8 377,14	-4 267,78
Livros e documentação técnica	7,20	0,00	7,20
Material de escritório	1 824,77	7 241,60	-5 416,83
Artigos para oferta	12,50	97,38	-84,88
Outros materiais	19 040,41	10 731,80	8 308,61
Energia e Fluidos	77 997,11	95 103,41	-17 106,30
Eletricidade	47 033,27	46 646,08	387,19
Combustíveis	14 762,38	21 529,93	-6 767,55
Água	16 201,46	26 927,40	-10 725,94
Outros fluídos	0,00	0,00	0,00
Deslocações, Estadas e Transportes	1 582,05	1 502,10	79,95
Deslocações e estadas	1 582,05	1 502,10	79,95
Transportes de pessoal	0,00	0,00	0,00
Transportes de mercadorias	0,00	0,00	0,00
Outros transportes	0,00	0,00	0,00
Serviços Diversos	83 860,62	93 015,74	-9 155,12
Rendas e alugueres	18 050,00	9 475,00	8 575,00
Comunicação	5 383,11	4 487,06	896,05
Seguros	15 169,69	14 610,78	558,91
Royalties	0,00	0,00	0,00
Contencioso e notariado	193,76	15,00	178,76
Despesas de representação	120,00	120,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	44 370,33	35 671,72	8 698,61
Outros serviços	573,73	28 636,18	-28 062,45
Totais	280 723,24	365 445,15	-84 721,91

15.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	17 407,81	11 953,32
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	25,47
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	994,83
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	2 279,43	1 865,98
Rendimentos em investimentos não financeiros	4 597,91	0,00
Outros rendimentos	56 440,87	70 423,04
Total	80 726,02	85 262,64

A rubrica de outros rendimentos inclui entre outros, o montante reconhecido a título de subsídios ao investimento (14.851,84€), consignação de IRS a,05% (1.779,82€), donativos (37.511,02€).

15.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	914,50	1 940,41
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	29,32
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	6 183,22	5 963,15
Total	7 097,72	7 932,88

Os outros gastos incluem apoio a carenciados de 5.628,20€.

15.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 338,98	713,63
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	1 338,98	713,63
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-1 338,98	-713,63

15.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 30 de março de 2022.

- Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições, designadamente a melhor estimativa da administração a esta data sobre impactos possíveis sobre a atividade do CSPFR. Avaliação sobre a base de elaboração das demonstrações financeiras à luz do princípio da continuidade.

No ano de 2020, Portugal e o Mundo foram afetados por uma grave pandemia, o COVID-19. Esta pandemia veio a afetar as operações desenvolvidas pelo CSPFR e impuseram a implementação de um plano de contingência tendo como linha de referência as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS), conforme Plano de Contingência aprovado pela IPSS.

O objetivo do Plano de Contingência é manter a atividade o mais normalizada possível, face aos possíveis efeitos da pandemia, acautelando simultaneamente a segurança e saúde de todos dentro da Instituição, sejam eles Direção, Colaboradores, Utentes e Familiares, agindo assim para a minimização os riscos de transmissão daquele agente patogénico.

Este plano estará disponível a toda a Instituição sendo atualizado sempre que necessário, nomeadamente pela existência de novas recomendações ou imposições por parte das autoridades competentes.

A aplicação das medidas previstas neste plano de contingência não prejudica a aplicação das recomendações e informações emitidas e a emitir pela DGS." Citando a introdução do Plano de Contingência CSPFR:

De forma a poder dar uma resposta às possíveis situações que esta doença pode afetar, tendo em conta que grande parte dos nossos utentes/clientes são pessoas idosas e com riscos acrescidos a esta grave doença, daí que estamos em nível de alerta elevado e internamente procedemos a muitas alterações na forma como passámos a operar, tais como:

- *"Procedimentos básicos para higienização das mãos;*
- *Procedimentos de etiqueta respiratória;*
- *Procedimentos de colocação de máscara cirúrgica;*
- *Procedimentos de conduta social;*
- *Procedimentos de medição temperatura corporal;*
- *Procedimentos de desinfeção das solas dos sapatos;*

- *Procedimentos indicadores das distâncias de segurança;*
- *Procedimentos de substituição – criação de equipas-espelho*

De realçar o grande empenho, esforço e custo a todos os níveis dos nossos colaboradores, sempre com o objetivo de dirimir riscos para impedir surtos de infeções que possam causar sobretudo perdas que possamos não mais recuperar. O aumento dos gastos associados a estes novos cuidados, designadamente os EPI's e a "rentabilidade por colaborador" também são afetados dado que tudo obedece a regras e exigências que até então não eram necessárias de atender.

O CSPR tem vindo a acompanhar a evolução da situação do COVID-19, estando atento para que possam ser tomadas todas as medidas de gestão que estejam ao seu alcance, tendo por base a melhor informação disponível e as diretivas da DGS. Essas medidas prendem-se com objetivos tais como:

- Vacinação dos utentes/idosos com vacina COVID, defendendo a vida dos utentes e procurando ao máximo reduzir o riscos de mortes numa população frágil.
- Salvar a vida e a saúde dos seus utentes/clientes e dos seus colaboradores, implementando medidas de proteção de todos e pelo uso de equipamentos adequados;
- Garantir uma gestão operacional dos recursos técnicos e humanos de forma a conseguir assegurar os serviços essenciais ao bom funcionamento da instituição;
- Releva-se que a CSPFR tem uma situação económico-financeira equilibrada, com possibilidade de recorrer a financiamentos caso seja necessário e espera-se que com a evolução da pandemia, existam condições que se retome a uma "nova normalidade".

Todo este "novo normal" pode gerar custos acrescidos para o desenvolvimento da atividade do CSPFR.

Acresce ainda que em finais de fevereiro de 2022, foi despoletada uma guerra na Ucrânia com a Rússia, cujo desfecho ainda está longe de se vir a conhecer. Esta guerra, que envolve grandes potências mundiais, poderá alterar algumas regras económicas e especialmente para os Europeus, cremos que poderá ter impactos já que a esta data se antevêem aumentos significativos dos preços da energia e dos bens em geral, dos quais a nossa atividade depende para a prestação dos serviços, facto a que estaremos atentos.

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, apesar do período conturbado que vivemos e os efeitos provocados pela pandemia Covid 19, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Handwritten notes and signatures in the right margin:
- A large signature at the top right.
- The name "Delegado" written vertically.
- A large arrow pointing downwards.
- A signature at the bottom right.

Em resultado das situações atrás descritas, é convicção da Direção que o pressuposto para elaborar as demonstrações financeiras numa base de continuidade é apropriado, não havendo intenções nem perspectivas de constrangimentos severos que a impeçam de prosseguir em continuidade.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela direção em 30 de março de 2022.

16. Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o resultado líquido de 74.996,76 euros do exercício de 2021, seja aplicado do seguinte modo:

- Para Resultados Transitados..... 74.996,76

Total..... 74.996,76

Recardães, 30 de março de 2022

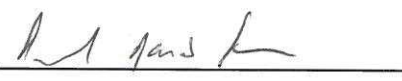
O Contabilista Certificado

ce. 15951

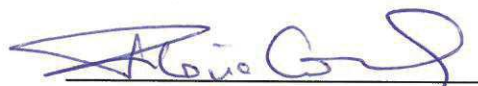
João Gaudêncio

A Direção

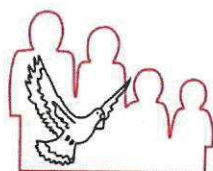

Padre José Luis Sousa Pimenta


Bruno Alexandre Bastos Fernandes


Joaquim Beja Simões


Flávia Patrícia Miguel Saraiva da Conceição


Maria Dalila Pires Baptista da Conceição



*Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardães*

Demonstração dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2021

21/12/2021
Assinatura
Alfabetização

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
1		49 879,79	1 426 338,84	888 246,10	14 670,13	2 379 134,86		2 379 134,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			14 670,13		(14 670,13)	-		-
2		-	14 670,13	-	(14 670,13)	-		-
3					74 996,76	74 996,76		74 996,76
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					60 326,63	74 996,76		74 996,76
4-2+3								
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos				(14 851,84)		(14 851,84)		(14 851,84)
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
5		-	-	(14 851,84)	-	(14 851,84)		(14 851,84)
6-1+2+3+4	15.6	49 879,79	1 441 008,97	873 394,26	60 326,63	2 439 279,78	-	2 439 279,78
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021								

Unidade Monetária: Euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6		49 879,79	1 471 280,22	903 097,94	(44 941,38)	2 379 316,57		2 379 316,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(44 941,38)		44 941,38	-		-
7		-	(44 941,38)	-	44 941,38	-		-
8					14 670,13	14 670,13		14 670,13
9-7+8					59 611,51	14 670,13		14 670,13
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos				(14 851,84)		(14 851,84)		(14 851,84)
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
10		-	-	(14 851,84)	-	(14 851,84)		(14 851,84)
6+7+8+10	15.6	49 879,79	1 426 338,84	888 246,10	59 611,51	2 379 134,86	-	2 379 134,86
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020								

Unidade Monetária: Euros

Recardães, 30 de Março 2022

Contabilista Certificado

CC 159A

Direção

António Sérgio Pereira

António Sérgio Pereira

António Sérgio Pereira



31 de dezembro de 2021

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		560 626,66	578 607,30
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(438 546,15)	(610 687,20)
Pagamentos ao pessoal		(1 479 375,29)	(1 408 929,24)
Caixa gerada pelas operações		(1 357 294,78)	(1 441 009,14)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1 517 240,24	1 476 664,65
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		159 945,46	35 655,51
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(13 983,26)	(16 033,35)
Ativos intangíveis		(1 079,94)	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(15 063,20)	(16 033,35)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(40 139,44)	(8 877,81)
Juros e gastos similares		(1 359,63)	(713,63)
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(41 499,07)	(9 591,44)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		103 383,19	10 030,72
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		228 359,67	218 328,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.5	331 742,86	228 359,67

Recardães, 30 de Março 2022

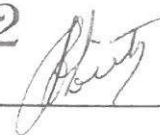
Contabilista Certificado

02-15951

Direcção

João Luís Sousa Pereira

António José Silva



ACTAS

-----Ata número cento e cinquenta e dois-----

----- Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu na sede social sita na Rua do Passal, freguesia de Recardães, concelho de Águeda, a Direcção do Centro Social Paroquial da Freguesia de Recardães, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Único: - Discussão e aprovação ou modificação das contas do exercício de dois mil e vinte e um. -----

----- Estiveram presentes os senhores: Padre José Luís Sousa Pimenta, Bruno Alexandre Bastos Fernandes, Joaquim Beja Simões, Flávia Patrícia Miguel Saraiva da Conceição e Maria Dalila Pires Baptista da Conceição, respetivamente Presidente, Vice Presidente, Tesoureiro, Secretária e Vogal. -----

----- Iniciados os trabalhos e após uma cuidada análise da actividade da Instituição neste exercício económico e perspectivas quanto ao futuro, foram as contas submetidas à apreciação, nas quais se constata ter-se gerado um resultado líquido positivo de 74.996,76€ (setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis euros e setenta e seis cêntimos), deliberando os presentes aprovar as contas por unanimidade. -----

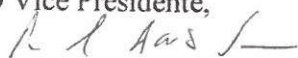
----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que vai conter a assinatura dos presentes para homologação. -----

A Direcção,

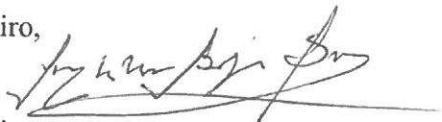
O Presidente,



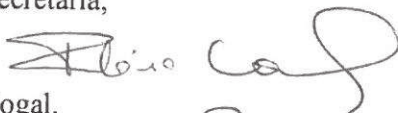
O Vice Presidente,



Tesoureiro,



Secretária,



Vogal.





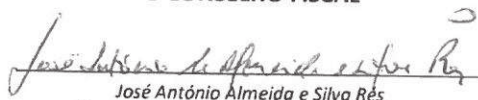
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

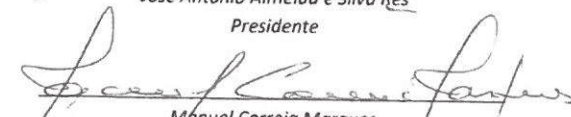
Exmos Srs.,

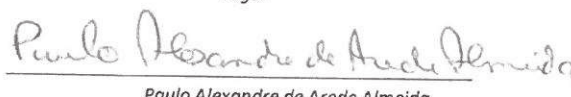
1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de atividades e as demonstrações financeiras apresentadas pela CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
2. No decurso do exercício acompanhámos tanto quanto nos foi possível a atividade da entidade. Assistimos a diversas reuniões de Direção, com os serviços e o contabilista certificado, tendo efetuado as sugestões que considerámos como pertinentes para a melhoria dos procedimentos administrativos, contabilísticos, financeiros e de controlo interno, não nos tendo chegado ao conhecimento qualquer facto relevante que mereça ser objeto de realce.
3. Verificámos tanto quanto nos foi possível a regularidade da escrituração contabilística, situação que avaliamos fundamentalmente mediante indagações e explicações que nos foram devidamente prestadas pela Direção, por colaboradores da entidade e ainda pelos serviços, a partir dos dados contabilísticos que nos foram disponibilizados.
4. Efetuámos as recomendações que em nosso entendimento consideramos ser pertinentes, de forma a garantir a estabilidade económica e financeira. Em particular, voltamos a chamar a atenção para uma situação que afeta esta estabilidade, nomeadamente o peso da rubrica de gastos do pessoal que não é acompanhado pelas receitas obtidas de Prestações de Serviços e das subvenções obtidas pela Segurança Social. Realçamos contudo o elevado empenho de todos os colaboradores para o controlo da situação num ano extremamente difícil para a instituição em resultado da pandemia COVID19.
5. Não nos chegou ao conhecimento inobservâncias da Lei e dos Estatutos que mereçam ser objeto de realce.
6. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, o Anexo e a Demonstração dos Fluxos de Caixa permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Instituição e dos seus resultados;
 - ii. As políticas e os critérios valorimétricos aplicáveis (NCRF- ESNL) adotados são adequados;
 - iii. O Relatório de Atividades da Direção é suficiente esclarecedor da evolução e da situação do CSPREC evidenciando os aspetos mais significativos;
 - iv. A proposta de aplicação dos resultados encontra-se devidamente formulada e em cumprimento dos Estatutos;
7. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção, somos de Parecer que:
 - i. Seja aprovado o Relatório de Atividades;
 - ii. Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
 - iii. Seja aprovada a proposta de aplicação dos Resultados.

Recardães, 31 de Março de 2022

O CONSELHO FISCAL


José António Almeida e Silva Res
Presidente


Manuel Correia Marques
Vogal


Paulo Alexandre de Arede Almeida
Vogal